



“QUANDO NÃO TEM FILHO, MUITA COISA TU NÃO CONSEGUE”: MULHERES, FAMÍLIAS E REDES DE ASSISTÊNCIA EM VILAS DE GRUPO POPULAR EM PELOTAS / RS

Fabíola Mattos Pereira¹

1) Introdução

A frase que motiva o título desta apresentação, dimensiona e qualifica o universo social em que se passam tais práticas: o dos grupos populares. Assim, pensar nestes termos, significa antes de tudo, situar teoricamente os parâmetros da análise, localizada histórica, geográfica e culturalmente o que são tais grupos. Além disso, permite delimitar o foco de análise aqui empregada, na medida em que utiliza do método etnográfico como instrumental analítico e metodológico de obtenção, registro e análise dos dados de campo.

A expressão enfatizada no título: “Quando não tem filho, muita coisa tu não consegue”, aproxima de um lado o presente artigo da discussão que objetiva desenvolver, que é a de discutir as dinâmicas de vida dos grupos populares (a partir do referencial antropológico); e de outro, apresentar as relações das mulheres de grupos populares com as políticas de assistência social e, especialmente com as redes de assistência articuladas em duas vilas de grupos populares em uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Deve-se, contudo, ressaltar que a proposta de análise do referido artigo, justifica-se inclusive com a intenção de relativizar argumentos etnocêntricos que cercam a relação dos grupos populares com as políticas sociais de assistência no país, em que pese a associação de famílias pobres e número de filhos a políticas assistencialistas e/ou clientelistas. Assim, desdobram-se como necessárias a utilização de referenciais teóricos que pensem a relação em si, sendo a ideia de reciprocidade articuladora e definidora de sentidos apropriados em ambos universos, tanto o das mulheres de grupos populares, quanto o das redes de assistência.

Os dados apresentados no artigo, compoem o universo de pesquisa da dissertação de mestrado “Acessos, reciprocidades e inclusões: Estudo sobre as relações entre redes de assistência e famílias de grupos populares em Pelotas / RS”, em que foram entrevistadas famílias beneficiárias de programas e serviços das redes de assistência organizadas em duas vilas da cidade. As localidades escolhidas foram as que apresentavam maior percentagem de famílias beneficiárias do Programa

¹ Mestre em Ciências Sociais; Docente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense / Campus Pelotas – Visconde da Graça. fabiolapereira_cavg@ifsul.edu.br



Bolsa Família (dados disponíveis na Secretaria Municipal da Assistência Social), em que utilizou-se dos serviços já estruturados para atendimento nas Unidades Básicas de Saúde como estratégia para inserção e aproximação das famílias e dos profissionais das redes de assistência. O trabalho de campo fez-se a partir de dados quantitativos e qualitativos; sendo os de base quantitativa a organização da distribuição dos recursos do Programa Bolsa Família nas Regiões Administrativas na cidade; e os de base qualitativa, a análise das dinâmicas de vida dos grupos populares e suas relações com as redes de assistência, a partir de observações etnográficas, entrevistas, registros em diário de campo e acompanhamentos diversos dos encontros entre as famílias e as redes de assistência.

2) Sobre o dar, o receber e o retribuir e os significados das relações de reciprocidade

A revisão teórica organizada para a pesquisa procurou abarcar a discussão realizada por antropólogos, sistematizando contribuições de autores como Ruth Cardoso, Ana Maria Doimo, Dias Duarte, Eunice Durham, Cláudia Fonseca, Simoni Guedes, Carmem Cenira Macedo, José Magnani, Eder Sader e Maria Paoli, Alba Zaluar, entre outros. E entre estes a diversidade de nomenclaturas em torno da diversidade de experiências pesquisadas é prova da não existência de consenso: classes trabalhadoras urbanas, trabalhadores pobres, grupos populares, entre outros exemplificam a variedade de interpretações que a antropologia se debruçou.

Assim foi possível perceber o percurso que os estudos sobre modos de vida dos grupos populares trilhou no cenário brasileiro, passando de uma efervescência acadêmica na década de 1980 (FONSECA, 2000) à constituir um silêncio discursivo. A orientação atual dos estudos sobre classes no Brasil, discutido por Fonseca (2006) tem partido de análises realizadas em camadas médias, tendo no conceito de mediação a existência de possibilidades de “comunicação cultural n sentido mais amplo”. Fonseca e Brites (2006) questionam esta posição e traduzem o que se apontou na dissertação: “a possibilidade de mediação vista de baixo para cima”.

Muitas interpretações se deram a partir do conceito de classe e das imagens que ele nos remete, sobretudo reificadas como luta de classes e alienação, compreendendo-se a tal realidade a partir da idéia implícita de que os homens pouco ou nada podem contra as estruturas sociais que lhes pesariam sobre as individualidades como sujeitos, ficando numa situação de reprodutores de uma ordem injusta, onde nada questionam, nada reagem e nada possuem. Tudo lhes é ilusão, a família, a religião, os vínculos servem como reprodução de algo do qual não têm consciência, e,



sendo estes, os trabalhadores, os que mais viriam a sofrer com esta ordem, restaria apenas a luta e o confronto como opções para superação das injustiças e desigualdades.

As interpretações existentes em muitas análises, que procuravam interpretar as práticas sociais dos grupos populares, fundavam-se num esquema dual: holismo ou individualismo. A superação deste esquema dual é organizado e proposto por Alain Caillé (2002). Sua obra remonta este debate teórico, e apresenta uma terceira alternativa a este problema que vem acompanhando as Ciências Sociais. Em uma análise aprofundada, Caillé propõe uma releitura da obra de Marcel Mauss, procurando nela elementos para a construção de um novo paradigma para esta área do conhecimento, o que ele denominou de *paradigma do dom*.

Partindo da análise da práxis, é questionada a idéia utilitarista de que as sociedades se moveriam a partir de motivações egoístas e calculadas a partir dos ganhos obtidos por aceitar participar e se envolver em relações sociais, ou seja, a idéia motivadora para as ações sociais são, antes de tudo, antiutilitaristas, o que os motivaria, em suma, seria antes a constituição do vínculo, dos laços sociais. É por este viés que o dom - dar, receber, retribuir - é entendido pelo autor nas sociedades modernas, ou seja, é necessário que exista a precedência do antiutilitário sobre o utilitário, sendo este o dom original.

A pertinência desta análise nas sociedades modernas se encontra nesta possibilidade mesma de dar um novo sentido às ações individuais e coletivas, recolocando-as em lugar estratégico diante de questões atualmente em voga como a fragmentação. Nas palavras de Alain Caillé (2002), apropriando-se das contribuições de Mauss:

Ao lado da circulação dos bens e serviços no mercado, ao lado da circulação garantida pelo Estado sob a forma de redistribuição, há com efeito um imenso continente socioeconômico mal percebido, no qual bens e serviços transitam em primeira instância através dos mecanismos de dom e do contradom. Como se vê, a sociedade primeira, por uma parte, está ainda viva. E, por outra, sob a forma do dom aos estrangeiros e aos desconhecidos, a sociedade moderna dá origem a novas formas de dom que vêm compensar a frieza e o caráter impessoal da socialidade secundária, do mercado, do Estado e da ciência (CAILLÉ, 2002).

Por esta razão a utilização do paradigma do dom nas sociedades modernas contribui para compreender que não é o mercado e o Estado que garantem a coesão social, mas sim, as trocas recíprocas (dar, receber e retribuir) que se passam anteriormente e que revestem aquelas de sentido.

Ainda na obra de Marcel Mauss (1974) apreende-se os significados destas trocas e permutas entre grupos sociais:

Trata-se, antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato mais geral e muito mais permanente. Enfim, essas prestações e contra-prestações são feitas de uma forma sobretudo voluntária, por presentes, regalos, embora sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias (MAUSS, 1974).



A constituição dos vínculos em sociedades se daria assim através deste jogo de símbolos que os dons representam, ou seja, “é rivalizando em dons que os seres humanos se ligam e constituem sociedade, trocando bens que não possuem um valor utilitário, mas simbólico” (CAILLÉ, 2002). Por esta perspectiva se esvazia a idéia de sociedade como um organismo social que englobaria as experiências individuais, mas antes, se presta a explicá-la a partir da necessidade de se constituir o laço que une diferentes sujeitos em torno de algo, seja a amizade, o reconhecimento e a confiança. Sentidos compartilhados não entre sujeitos quaisquer, mas com quem se deseja estabelecer relações e constituir vínculos.

A fim de explicar como afinal os sujeitos se vinculam entre si, como constituem sociedades, Alain Caillé (2002) propõe a idéia de *redes sociais* que para este autor: “é o conjunto das pessoas com quem o ato de manter relações de pessoa a pessoa, de amizade ou de camaradagem permite conservar e esperar confiança e fidelidade”.

O dar, o receber e o retribuir constituem-se assim na tríplice obrigação que deve ser analisada por aqueles que se dispõem participar de determinadas relações sociais. É pela demonstração do interesse recíproco em realizar trocas que os sujeitos se aproximam e aprofundam os laços que os vincula. Nas palavras de Mauss (1974): “Recusar-se a dar, deixar de convidar ou recusar-se a receber equivale a declarar guerra; é recusar a aliança e a comunhão”.

Percebendo-se as relações sociais por este ângulo, o qual permite visualizar que os sujeitos estabelecem vínculos não aleatoriamente, mas sim pelas intenções de aproximações e vínculos que desejam trocar entre si, cabe pensar que o paradigma do dom, se presta a interpretação deste estudo, na medida em que sugere que os sujeitos se dispõem a participar de algo a partir do momento em que compreendem sua lógica e nela desejam inserir-se. Contudo, cabe reiterar que se percebe claramente nas relações sociais entre universos desiguais que estas trocas se orientam a partir de uma obrigação fundamental, a de retribuir as expectativas que o outro tem, antes mesmo de receber o bem que se espera, como é o caso neste estudo, da inclusão em um programa ou serviço da assistência.

Adotando-se esta perspectiva o conceito de mediação, entendido como a capacidade de domínio dos códigos do outro, habilitando o sujeito a realizar trânsitos culturais (VELHO, 2001), torna-se relevante para compreender a constituição dos vínculos e laços sociais de proximidade cultivados entre famílias e profissionais das redes de assistência. A dominância do código do outro e a conseqüente possibilidade de realizar negociações: o que falar, com quem falar e quando falar,



habilitam certos sujeitos a realizarem trânsitos entre universos sociais diferenciados, jogando também com a própria inserção nas redes sociais, embora continuem como desiguais.

As mediações só se realizam na medida em que o ‘receber’ os benefícios sociais já se estabeleceu, já existindo, portanto, a inclusão nas redes de assistência. Assim, as mediações são estratégias de inclusão de outras famílias neste universo de reciprocidade. Além de considerar a importância dessas aproximações e negociações como condição necessária à eficácia das ações desenvolvidas por profissionais e voluntários.

Na sequência será apresentado o trabalho etnográfico, em que serão apresentadas as relações de reciprocidade em ação, no contato e aproximações entre as mulheres de grupos populares e as redes de assistência, onde se articulam conflitos e mediações experimentadas cotidianamente pelos sujeitos, sendo a presença das crianças o ponto central e articulador para aproximações e inclusões em programas e serviços sociais de assistência.

3) A inserção nas redes de assistência por intermédio das crianças

A procura pelos serviços de assistência se faz necessário quando a família já não consegue mais prover os filhos com seus rendimentos, seja pela escassez do mesmo, seja pela falta de trabalho remunerado. Em tais situações, quando está em jogo a manutenção das crianças, é que as mães iniciam a participar das redes de assistência. Estas razões foram percebidas em quase a totalidade das famílias investigadas, que foi o caso da família de Elaine que relatou o seguinte:

“Comecei a me apertar, começou a vim as dificuldades, né, falta de comida, falta de dinheiro, e aí eu saí a procurar. Procurava serviço só recebia um não, não, não. Meu marido a mesma coisa, tanto é que botou currículo até agora nada. A única solução é sair a correr (d)esses programas [...] Bom, aí deixar eles passar necessidade eu não vou, e eu digo, roubar muito menos, porque a gente pode tá passando fome, mas a honestidade em primeiro lugar. Eu digo, eu vou é correr atrás”

A constante presença das crianças em diferentes universos sociais, acompanhando sempre suas mães ou àquelas que se responsabilizam pelos cuidados das mesmas, é revelador de um elemento fundamental para se compreender as estratégias compartilhadas entre as famílias, qual seja a de inserirem-se nas redes de assistência a partir da referência as crianças, aos filhos menores.

Em todos os casos estudados, quando se perguntava as exigências para a participação do benefício ou programa que fosse, a resposta era sempre a mesma, ter filhos menores e ser de baixa renda. A situação relatada pela família de D. Dirlene constitui-se em um bom exemplo da inclusão em determinados benefícios, quando são avaliadas as situações dos filhos menores pelos responsáveis da seleção em programas de proteção as crianças e jovens:



“Fui atrás porque disseram que tinha psicólogo [...] Era muita complicação, a cabeça tava cheia, eles iam pra padaria, eles andavam sucateando. E elas (as assistentes sociais) disseram que ‘Não dona Dirlene a senhora recebendo o Bolsa Escola eles não podem andar na rua. Se um carro pega, se acontece qualquer acidente? Ai o seu benefício vai ser cortado’. Ai foi através disso ai que elas me arrumaram o projeto pra eles”.

Na continuidade da entrevista, D. Dirlene revelou que está em busca de outros programas para seus filhos. No caso de seu filho mais velho, a utilização de certas estratégias, em conjunto com as psicólogas e assistentes sociais, foram realizadas com o objetivo de afastá-lo do uso das drogas, o que culminou em sua inclusão em um programa para formação cidadã de adolescentes, o Agente Jovem. A inclusão e participação do rapaz acabaram por abrir caminho para sua irmã, que no ano seguinte será a próxima da família e ser *encaminhada* para participar do mesmo programa.

Atualmente, D. Dirlene procura garantir também para seu filho menor um benefício permanente, dirigido àqueles sujeitos cuja situação de saúde os incapacita para o trabalho. Nestes casos, os enfermos podem encaminhar uma solicitação, através de um profissional habilitado, para o recebimento de um benefício conhecido por Benefício de Prestação Continuada, direito este que está previsto na LOAS, a Lei Orgânica da Assistência Social, o que foi por Dirlene referido com precisão. O Guilherme, seu filho mais novo, sofre de problemas gástricos provocados pela ingestão de produtos derivados do leite, sua alimentação deve ser controlada e sua dieta equilibrada. A mãe de Guilherme, D. Dirlene, relatou que até pouco tempo recebia certa quantidade de leite através de um órgão da Igreja Católica, o Banco de Leite, mas esclareceu que havia perdido o mesmo benefício pela idade do menino. Guilherme tem 09 anos, e pesa atualmente 19 quilogramas, é muito quieto, e, segundo sua mãe, tem problemas sérios de gagueira.

De acordo com D. Dirlene os exames de encaminhamento do menino, para a solicitação do referido benefício, estão sendo acompanhados através de médica que o acompanha no Posto de Saúde.

Numa outra família, a referência à procura pelos serviços de atenção às crianças é também apresentada, e este se dá como um suporte à rede de assistência, tratando-se, neste caso, de se configurar uma outra rede, a do ensino formal. Os relatos de Berenice, mãe de Gabriel, apontaram por diversas vezes as preocupações com a socialização do menino, os quais se referiam ao espaço da Escola de Educação Infantil como o de convívio com outras crianças da mesma idade. Acrescenta-se ainda sua persistente preocupação em oferecer um ambiente diferenciado daquele que o menino possui em casa. Para ela, o espaço da casa, por ser pequeno, e do pátio, por ser aberto e sem calçamento, são considerados como perigosos para a criança, que sem os limites de muro e de cerca, fronteiras do espaço da casa e do meio da rua, trariam riscos à criança na medida em que a



deixaria exposta ao trânsito de carros e cavalos do local. Assim, a creche, da qual ele participa desde aproximadamente um ano, seria um local que traria ao menino aquilo que lhe falta, indicando as preocupações da mãe a cerca do ambiente mais adequado no qual deve viver uma criança:

“Então eu levo ele pra escola, né. Ele não tem outro irmão, não tem relacionamento assim, aqui tem a guriazinha que ele brinca, e tudo, mas ele gosta de dá-lhe laço² também [...] E ele se desenvolveu bastante também, antes ele era uma criança muito fechada, não brincava muito, tava sempre preso dentro de casa, porque no inverno isso aqui é muito úmido, é um barreiro isso aqui. [...] Então eu não largo ele pra rua, então ele fica muito preso. Por isso que eu levo ele pra escola. Lá é fechado, eles tem brincadeiras, um monte de coisas com os colegas”.

A insistência de Berenice para conseguir a vaga do filho na escola, a levou a procurar o lugar repetidas vezes, como ela mesma relatou na entrevista. Contou que quando procurou o local, pela primeira vez, acreditava que seria de fácil acesso, que bastava fazer a inscrição, deixar a criança e seguir trabalhando. No entanto, Berenice narrou que necessitou inscrevê-lo novamente no ano seguinte, submetendo-se à realização de um sorteio até conseguir obter a vaga para o menino. Em razão disso, Berenice optou por cuidar do filho enquanto aguardava pelo chamamento do menino na escolinha, e que só então depois poderia retomar uma vez na semana suas atividades de faxineira.

Em ambas as famílias, a participação das crianças nestes espaços de sociabilidade, como o do ASEMA e da escola de educação infantil, evidencia a preocupação das mães/mulheres com a integração dos filhos menores nestas redes de assistência.

Em diferentes outros locais as crianças também não passam despercebidas, ao contrário, elas evidenciam o quanto os espaços são estrategicamente organizados para atendê-las e dar-lhes atenção, como no espaço da Unidade de Saúde para as pesagens do Programa Bolsa Família, a organização de espaços como bibliotecas e brinquedotecas nas Comunidades Católicas (ambas organizadas pela Pastoral do Menor e também da Criança), no Comitê de Desenvolvimento Dunas, ou também no reforço escolar no Centro Comunitário Bom Pastor (Igreja Evangélica de Confissão Luterana) na Vila Pestano.

Nos grupos da Pastoral da Criança, onde as crianças são atendidas mensalmente para a realização das pesagens e orientações às mães a cerca dos cuidados com os filhos, a presença massiva das crianças é reveladora da importância que estas possuem para os serviços de assistência. Na celebração da vida, como é chamado pelas líderes comunitárias, o encontro de mães, crianças e voluntárias, são realizadas diferentes atividades dirigidas a este público, o que inclui alimentação, brincadeiras e conselhos às mães para ensinar-lhes cuidados básicos de saúde, como receitas

² Expressão utilizada pelos interlocutores que expressa violência física, bater, brigar.



caseiras e dicas sobre os cuidados que devem ser dirigidos às crianças, sobretudo com a intenção de serem evitados acidentes e violências domésticas. Diversos depoimentos referiram a importância deste trabalho para as crianças e para as famílias; o que foi narrado por Berenice é esclarecedor:

“Que eu levo ele na pastoral também. [...] Ai eu tiro ele (da escola de educação infantil) umas 3 horas de lá, eu tiro ele e levo, que ai eu explico pras gurias, pras tias dele, ai eu explico, ó, vou levar ele na pastoral, pra ele participar, tudo. E ele é pesado, né, a gente faz um lanche, tem a recreação, tem alguém que brinca com eles, a gente fica conversando”.

O trabalho desenvolvido junto às crianças, de acompanhamento do peso e medida das crianças, cujas mães são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, tem finalidade semelhante àquela realizada pela Pastoral da Criança. A peculiaridade do Programa Bolsa Família é a de observar os impactos do recebimento do benefício sobre as questões de saúde e educação das crianças. A lógica de que as mulheres devem ocupar-se das crianças, reforçada por parte do Estado no pré-requisito de titulares dos benefícios sociais³, acaba as aproximando ainda mais das redes de assistência, o que pode ser verificado em qualquer pesagem de acompanhamento do Bolsa Família, ou nos horários de entrada e saída das escolas destas duas regiões. Por seu lado, estas instituições também reafirmam o laço entre as mães e as crianças, dirigindo-se àqueles que acompanham às crianças nas pesagens mensais, na forma de questionamentos sobre a saúde e o desenvolvimento do peso e altura destas crianças. E são curiosas, sobretudo, as respostas que são dadas aos profissionais que acompanham as condicionalidades do programa, quando a criança não está acompanhada de sua mãe. Estas se dão, geralmente, fazendo-se a referência de que para responder de forma precisa questões dessa natureza só mesmo perguntando para a mãe da criança.

De maneira geral, pode-se perceber que as medidas de atenção e proteção dirigidas às crianças se constituem num elemento fundamental para a aproximação de suas famílias das redes de assistência. Em todos eles os discursos evocam repetidamente os cuidados às crianças, e, sobretudo a comoção que ela provoca entre os profissionais e voluntários. As crianças são o ponto de contato entre as famílias e as redes de assistência; ambos estabelecem assim relações de mediações a partir das responsabilidades que possuem com as crianças. Se por um lado as famílias motivam-se a buscar os programas e serviços da assistência para complementar o orçamento familiar e conseqüentemente aquilo que é oferecido às crianças, por outro, são elas, as crianças, que mobilizam os recursos e as atenções das redes de assistência.

A frequência junto destas instituições é indicativa do interesse das mulheres pela inclusão nos recursos das redes de assistência, e sua visibilidade é fundamental para que passem a fazer parte

³ Ver em anexo a lei federal que cria e institui o Programa Bolsa Família.



daqueles que ainda não estão plenamente incluídos, mas interessados em fazer parte dos cadastrados. Muitos foram os relatos que apontaram a necessidade da persistência, da frequência assídua a grupos como pré-requisito para serem chamadas a fazer parte como beneficiárias de certos programas e serviços. Esta foi uma situação relatada por Viviane, que fala sobre o caminho que precisou percorrer até conseguir receber sua sacola do Fome Zero:

“Conheci a Juliete pela minha prima que participava do grupo. A Juliete me inscreveu na Pastoral da Criança. Aí fui indo, fui indo, fui indo pra depois ganhar a sacola. A Juliete ainda me castigou, porque tem muitas que vão só com interesse na sacola, sabe? E eu ia sem ganhar a sacola [...] por isso que a Juliete me botou na sacola também”. (Viviane / Bolsa Família / Fome Zero / Grupo de mulheres / Pastoral da Criança).

Em outra situação tem-se a experiência de Elaine que, a partir do nascimento do filho, vê-se também na expectativa de receber a sacola do Fome Zero, mas cujo cadastro não é feito sem antes esperar ser chamada pelas voluntárias da igreja:

“Era assim, (recebia) quando sobrava, mas se tu ficava na fila de espera [...] no caso é assim, os que estão cadastrados pegaram, mas os que sobravam pra gente que tava na espera era a mesma coisa que era pros cadastrados. [...] Aí eu pegava na fila de espera, aí quando teve mais oportunidade aí ela me botou no cadastro”.

Em geral, as condições que são colocadas às famílias que começam a participar dos programas e serviços são encaradas pelas mulheres como consequência dos benefícios que foram conquistados. Uma espécie de recompensa para profissionais e voluntários, do cumprimento de obrigações sem as quais não seria possível a permanência dos vínculos e dos benefícios.

A análise que Berenice faz sobre sua participação nas celebrações católicas como uma forma de auto-ajuda, de reflexão e encontro consigo mesma, e que a permite repensar suas próprias atitudes, se deu em grande parte pelos convites insistentes da coordenadora do Grupo de Mulheres, convite ao qual ela se dispôs retribuir, participando nas missas aos sábados com certa assiduidade. No entanto, Berenice apresenta um dado importante a cerca da situação na qual a retribuição é deixada de lado, quando as necessidades familiares sobrepujam às religiosas.

Para receber sua sacola do Programa Fome Zero, Berenice precisou participar dos encontros do Grupo de Mulheres, que se realizam uma vez por semana na comunidade católica do loteamento onde mora, sendo sua presença nas missas uma atitude espontânea de sua parte, ou seja, não há exigência de frequência nas celebrações, mas, mesmo assim, Berenice opta por aderir à doutrina católica. As consequências desta opção estão presentes no seu relato abaixo, e demonstram as negociações avaliadas enquanto eficazes para a consolidação dos vínculos com profissionais e voluntários:

“Eu era de outra religião, eu era da umbanda. [...] Quando eu entrei pro grupo pra fazer o cursinho, e receber a sacola a D. Eliete sempre convidava, e eu, aí eu não vou, e é sábado, ficar com a família, não vou. Agora eu comecei a ir e cada vez que eu ia o frei sempre falava alguma coisa que aquilo parece que servia pra



mim, sabe? Sempre tirava alguma coisa daquilo ali, como se fosse uma lição pra mim [...] não vou todos, não vou dizer que eu vou todos os sábados que eu não vou mesmo”.

Assim, a participação em um culto, missa ou grupo de mulheres se apresenta como retribuição face às doações que foram ou que serão recebidas (CAILLÉ, 2002). Trata-se antes de uma recompensa mútua, prova do estabelecimento de um vínculo, de um agradecimento pela consideração e lembrança dadas primeiramente pelas preocupações daqueles que se ocupam com as necessidades da família.

4) Considerações finais

Os envolvimento das mulheres com as crianças “dão um sentido à existência diária” (FONSECA, 1995), e, de acordo com a mesma autora, são elas que também fornecem um “senso de importância para os adultos que delas cuidam”. Assim, o papel das mães se concretiza em grande medida se ela se dedicar ao cuidado das crianças, e também no reconhecimento público de tratar bem os filhos, porque nada mais humilhante, à mãe e ao filho, do que ser criticada pelas outras mulheres. Assim, a relação mulheres – crianças – vizinhança deve ser compreendida como de complementaridade. Assim que as mulheres passam a fazer parte das redes de solidariedade das vizinhas e parentas pela relação que possuem com as crianças, são, portanto, as crianças que fazem sentido neste universo dos grupos populares, e que adensam, conseqüentemente, o pretexto para as redes de trocas e de interação social (FONSECA, 1995) entre as famílias e o grupo abrangente.

As mulheres que se lançam nas redes de assistência, sabem que das suas atitudes dependerão em boa parte as avaliações que serão levadas em conta para a inclusão/exclusão de suas famílias, expectativas não explícitas que diferenciam as famílias quando as mães/mulheres investem conscientes ou não, naquilo que se espera que saibam fazer de melhor, cuidar de suas crianças e de suas famílias: “*O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento*” (Lei 10.836 de criação do Programa Bolsa Família).

Referências

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.



FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: Etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FONSECA, Cláudia; BRITES. Jurema. **Etnografias da participação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.